

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcddh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcddh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1789/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 17º Promotor de Justiça de Campo Grande, Clovis Amauri Smaniotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca, no período de 22.5 a 5.6.2019, em razão de licença da titular, Tathiana Correa Pereira da Silva Façanha.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1790/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, e Antonio André David Medeiros, Coordenador do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação - CI - do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para, sem prejuízo de suas funções, gerenciarem a implantação dos serviços estabelecidos no Termo de Cooperação Técnica entre o MPMS e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de MS.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1791/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 136/2019-PGJ, de 17.1.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão que seria usufruída nos dias 27, 28 e 29.5.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1792/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Costa Rica, Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri na comarca de Paranaíba, no julgamento do Processo nº 0000027-89.2018.8.12.0018, no dia 11.6.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1793/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o Promotor de Justiça de Nova Alvorada do Sul, Maurício Mecelis Cabral, a se ausentar da referida Comarca, no período de 12 a 14.6.2019, para participar do III Encontro Nacional do Ministério Público do Tribunal do Júri, a ser realizado pela Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, UNCMP, no auditório do Conselho Nacional do Ministério Público, na cidade de Brasília-DF, nos dias 13 e 14.6.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1794/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o 1º Promotor de Justiça de Coxim, Marcos André Sant’Ana Cardoso, a se ausentar da referida Comarca, no período de 12 a 14.6.2019, para participar do III Encontro Nacional do Ministério Público do Tribunal do Júri, a ser realizado pela Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, UNCMP, no auditório do Conselho Nacional do Ministério Público, na cidade de Brasília-DF, nos dias 13 e 14.6.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1795/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 57ª Promotora de Justiça da comarca de Campo Grande, Daniela Cristina Guiotti, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 44ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 27 a 31.5.2019, em razão de férias da titular, Promotora de Justiça Cristiane Barreto Nogueira Rizkallah.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1796/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 64ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Cristiane Amaral Cavalcante, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara da Auditoria Militar da referida Comarca, no dia 29.5.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1797/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Costa Rica, Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na sessão plenária da 2ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande, no dia 7.6.2019, no julgamento do Processo nº 0001190-74.2014.8.12.0041.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1798/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o 43º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luiz Eduardo Lemos de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência referente à Ação Penal nº 3-64.2017.6.12.0050, no dia 24.5.2019, às 14h, perante a 35ª Zona Eleitoral.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1799/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Sete Quedas, Gilberto Carlos Altheman Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara Única da comarca de Água Clara, no dia 23.5.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1800/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 22.5.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1801/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Fernando Jamusse 4 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 20.5.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1802/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 1º e 2.12.2018, a serem usufruídos nos dias 3 e 4.6.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1805/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder às Promotoras de Justiça abaixo relacionadas compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORA DE JUSTIÇA	PERÍODO DO PLANTÃO	DÍAS DE GOZO
Camila Augusta Calarge Doreto	23 a 30.10.2017	18 e 19.6.2019
Érica Rocha Espindola	21 a 28.8.2017	12.6.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1807/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da comarca de Iguatemi, conforme o quadro a seguir:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA
Gilberto Carlos Altheman Júnior	27.5.2019
Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	29.5.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1808/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva Façanha 8 (oito) dias de licença por luto, a partir de 11.5.2019, em razão do falecimento de seu genitor, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1809/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1475/2019-PGJ, de 29.4.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de maio de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA</b>			
25 e 26.5.2019	1ª PJ de Coxim	Marcos André Sant'Ana Cardoso	99933-7533

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 9 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA</b>			
25 e 26.5.2019	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Bucker	99922-8507

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1810/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Reynaldo Hilst Mattar 20 (vinte) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 24.4.2019, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 151, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1811/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Reynaldo Hilst Mattar 8 (oito) dias de licença por luto, a partir de 14.5.2019, em razão do falecimento de sua irmã, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1812/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa 6 (seis) dias de férias compensatórias, sendo 5 (cinco) dias referentes ao feriado forense de 20.12.2018 a 6.1.2019 e 1 (um) dia referente ao feriado forense de 20.12.2018 a 6.1.2019, por ter atuado no período de 29.12.2018 a 6.1.2019, a serem usufruídos nos dias 27 e 28.5.2019, 29 e 30.8.2019 e 14 e 15.10.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1813/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 5.3.2017, a ser usufruído no dia 31.5.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1814/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Coxim, Marcos André Sant’Ana Cardoso, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Promotoria de Justiça e o Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Verde de Mato Grosso e ainda, perante a Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro, no dia 31.5.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1815/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1531/2019-PGJ, de 2.5.2019, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral membros do Ministério Público Estadual para atuarem perante a 6ª Zona Eleitoral, de forma que, onde consta:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO
Wilson Canci Junior	29 e 30.4.2019
	19 a 23.5.2019
Allan Thiago Barbosa Arakaki	2 a 17.5.2019

Passe a constar:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO
Wilson Canci Junior	29 e 30.4.2019
	19 a 22.5.2019
Allan Thiago Barbosa Arakaki	2 a 17.5.2019
	23.5.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1816/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as Promotorias de Justiça e o Juizado Especial constantes do quadro a seguir, em razão de licença dos titulares:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA / JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Allan Thiago Barbosa Arakaki	23.5.2019	2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu	Edival Goulart Quirino
		1ª Promotoria de Justiça e Juizado Especial Adjunto da comarca de Bataguassu	Wilson Canci Junior
Edival Goulart Quirino	24.5.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Bataguassu	

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1818/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Marcos André Sant’Ana Cardoso, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 21ª Zona Eleitoral, no dia 31.5.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 1817/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4118/2018-PGJ, de 5.12.2018, que estabeleceu a escala de plantão do Apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, integrado pelos Promotores de Justiça designados para a Assessoria Especial e o Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, referente ao período de janeiro a julho de 2019, de forma que:

Onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
27.5 (18h01min) a 3.6.2019 (7h59min)	Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa	98478-2407
24.6 (18h01min) a 1º.7.2019 (7h59min)	Ricardo de Melo Alves	98478-2407

Passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
27.5 (18h01min) a 3.6.2019 (7h59min)	Ricardo de Melo Alves	98478-2407
24.6 (18h01min) a 1º.7.2019 (7h59min)	Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa	98478-2407

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1833/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Maracaju, Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar na Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio, no período de 28.5 a 7.6.2019.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1820/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Convocar os membros abaixo relacionados para participarem do curso “Técnicas avançadas de investigação: CADE no enfrentamento de cartéis”, a realizar-se nos dias 30.5.2019, das 14h às 18h, e 31.5.2019, das 8h às 12h, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, na sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande – MS.

- Adriano Lobo Viana de Resende
- Alexandre Estuqui Junior
- Alexandre Magno Benites de Lacerda
- Ana Cristina Carneiro Dias
- Antonio André David Medeiros
- Antonio Siufi Neto
- Ariadne de Fátima Cantú da Silva
- Biana Machado Arruda Mendes
- Clovis Amauri Smaniotto
- Cristiane Amaral Cavalcante
- Cristiane Mourão Leal Santos
- Daniel Pivaro Stadniky
- Douglas Silva Teixeira
- Elcio Felix D'Angelo
- Érica Rocha Espindola
- Fabio Ianni Goldfinger
- Felipe Almeida Marques
- George Cassio Tiosso Abbud
- George Zarour Cezar
- Gustavo Henrique Bertocco de Souza
- Jiskia Sandri Trentin
- João Meneghini Girelli
- Lia Paim Lima
- Luciana Moreira Schenk
- Ludmila de Paula Castro Silva
- Luiz Eduardo Lemos de Almeida
- Marcos Martins de Brito
- Marigô Regina Bittar Bezerra
- Mateus Sleiman Castriani Quirino
- Matheus Macedo Cartapatti
- Michel Maesano Mancuelho
- Paulo Henrique Mendonça de Freitas
- Pedro de Oliveira Magalhães
- Sergio Fernando Raimundo Harfouche
- Simone Almada Goes
- Talita Zoccolaro Papa Muritiba
- Thalys Franklyn de Souza

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR**

**PAUTA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 4 DE JUNHO DE 2019, ÀS 9 HORAS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.**

**6. Expedientes:****6.1. Expedientes encaminhados para apreciação:****1. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais:**

- **Ofício nº 007/2019/CPJ/-Criminais**, de 14.5.2019, a 4ª Procuradora de Justiça Criminal Sara Francisco Silva, em cumprimento ao §1º, do artigo 8º, da Resolução nº 002/2012/CPJ de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 002/2019 referente à reunião da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, realizada em 8.5.2019.

**6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000976-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004355-9.

**2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001325-8.

**3. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004618-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003770-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003943-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002702-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002697-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002366-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002121-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001815-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004396-6.

**4. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000469-8.

**5. Promotoria de Justiça da comarca de Batavaporã:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001564-1.

**6. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000821-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000201-7.

**7. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001659-9.

**8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001254-4.

**9. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001383-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004223-8.

**10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003669-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003078-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000991-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000904-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002271-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000248-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000350-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001488-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000351-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000903-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000905-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000051-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000116-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003414-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001489-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001048-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001047-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001016-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000990-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000845-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003401-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000349-3.

**11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002975-3.

**12. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000657-9.

**13. Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003131-9.

**14. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003848-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002690-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004501-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001111-6.

**15. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001182-7.

**16. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000760-1.

**17. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002868-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000313-8.

**6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:****6.3.1. CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000989-4.

**2. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001129-0.

**3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001266-9.

**4. Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002185-0.

**5. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000604-9.

**6. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000823-6.

**6.3.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000599-4.

**2. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001287-7.

**3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001011-6.

**4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002001-8.

**5. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001350-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001338-7.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001214-4.

**6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000523-9.

**6.3.3. CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:****a. Expedientes retirados de pauta na reunião do dia 14.5.2019, por ausência justificada do Relator:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001706-8.

**2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000705-2.

**b. Expedientes retirados de pauta na reunião do dia 21.5.2019, por ausência justificada do Relator:****1. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001194-5.

**2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000644-9.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000496-6.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000901-7.

**c. Expedientes:****1. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001187-8.

**2. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000124-0.

**3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000601-2.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001436-7.

**6.3.4. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:****1. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002454-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000700-0.

**2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001190-1.

**3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001097-9.

**4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002086-2.

**6.3.5. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003485-0.

**2. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001184-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000391-9.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001329-8.

**6.3.6. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000474-0.

**2. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000736-3.

**3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000417-3.

**4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001153-4.

**5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001147-8.

**6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000310-8.

**6.3.7. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000994-0.

**2. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000485-8.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000474-0.

**4. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000843-6.

**5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000266-0.

**7. Ordem do dia:****7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Expediente:**

1. **Ofício nº 0036/2019/14PJ/DOS**, de 15.5.2019, o 14º Promotor de Justiça da comarca de Dourados, Luiz Eduardo Sant'Anna Pinheiro, encaminha arquivo da Dissertação de Mestrado intitulada "A Dupla Face do Garantismo Penal e Implicações no Direito Brasileiro", bem como certificado de Defesa e conclusão do curso, realizado junto à Universidade de Girona-Espanha, para obtenção do grau de Mestre em Processo Penal e Garantismo, solicita ainda os bons préstimos no sentido de realizar anotações em sua ficha funcional. *Protocolo Unificado nº 02.2019.00032399-1.*

**7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001901-1 – SIGILOSO**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002575-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo envolvendo a contratação de Lilian Hiromi Furuta e Luiz Antônio de Oliveira, ambos nomeados para cargos em comissão.

**3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001429-0 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

**4. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00013617-7**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Recorrente: Paulo César Gonçalves da Silva

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Análise e fiscalização do processo seletivo para ingresso na turma de Mestrado em Educação da UEMS, a qual não continha no edital de inscrição vaga destinada às pessoas com deficiência.

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003031-0 – SIGILOSO**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

**6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000010-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Cavalcante

Assunto: Apurar possíveis irregularidades e necessidade de ressarcimento ao erário no que tange ao Leilão Extrajudicial n. 001/2010, Leilão n. 02/2010 e Leilão Extrajudicial n. 01/2011, todos do Município de Mundo Novo.

**7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001203-3**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Frigorífico Esperança

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente no desrespeito ao cumprimento às normas que regem as relações de consumo, por parte do Frigorífico Esperança, bem como descumprimento quanto à legislação higiênico-sanitária.

**8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002031-1**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na manutenção, conservação e transferência do patrimônio da Fundação Hospitalar de Mundo Novo (FHMN).

**9. Inquérito Civil nº 06.2018.00002263-1**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução do contrato de fornecimento de combustíveis pela Prefeitura de Bonito.

**7.2.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000379-9**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Camapuã

Assunto: Apurar eventual desídia da municipalidade com relação aos resíduos provocados pela atividade de lava-jato, no município de Camapuã/MS.

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00002229-3**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação dos Produtores do Assentamento Alecrim

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de desmatamento de 87,99 ha de vegetação nativa, no Assentamento Alecrim, situado no município de Selvíria-MS.

**2. Inquérito Civil nº n. 06.2018.00000794-1**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual irregularidade consistente na falta de rede de esgoto na Rua Monte Castelo, entre as Ruas Cafelândia e Rua Liberdade, em Dourados/MS.

**3. Inquérito Civil nº n. 06.2018.00001264-4**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar edificação/aterramento em imóvel em área verde municipal, bem como colher informações, depoimentos, documentos e outras provas para elucidação da verdade, adequação dos fatos à legislação em vigor e eventual imposição das penalidades legais.

**7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:****a. Processos retirados de pauta na reunião do dia 14.5.2019, por ausência justificada do Relator:****1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000861-0 – SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande



**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001364-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria de Lourdes Bittencourt Pedrosa Barbosa Coelho

Assunto: Apurar eventual prática de conduta lesiva ao meio ambiente na propriedade rural denominada Fazenda Lança, localizada no território do Município de Rio Brilhante/MS e que pertence à Sr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Bittencourt Pedrosa Barbosa Coelho, consistente na suposta existência de área de reserva legal sem cobertura vegetal e na ausência de identificação e delimitação no respectivo mapa das áreas de veredas localizadas no imóvel.

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002608-2**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual (Noticiante Taine Fabrine de Souza)

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ocorrência de irregularidades na contratação de servidores públicos, lotados na Agência do DETRAN/MS de Naviraí.

**4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002904-6 – SIGILOSO**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Advogado: Vilas Boas Farias Advogados Associados SS

**5. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003648-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Cabeceira Bonita

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente do uso inapropriado de recursos hídricos pela Fazenda Cabeceira Bonita.

**6. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002676-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ademir de Oliveira

Assunto: Apurar eventuais falhas na atuação preventiva da Polícia Militar como órgão auxiliar de fiscalização do trânsito em Bonito.

**7. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002712-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empresa Rio Corrente Agrícola S.A.

Assunto: Apurar a regularidade das atividades de queima controlada de palha de cana realizadas pela Empresa Rio Corrente Agrícola S.A.

**8. Inquérito Civil nº 06.2018.00003658-0**

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar a eficácia dos mecanismos da Prefeitura Municipal de Três Lagos para combate a possíveis focos de mosquito da dengue em terrenos baldios.

**9. Inquérito Civil nº 06.2017.00000984-6**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar eventuais irregularidades apontadas no Relatório Técnico Pericial 25/2016, da 32ª Promotoria de Justiça da Capital, na UBSF Alves Pereira.

**10. Inquérito Civil nº 06.2018.00001207-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de crime ambiental por parte de Paulo Edson de Oliveira Ramos conforme Laudo de Constatação nº 22747.

**b. Processos retirados de pauta na reunião do dia 21.5.2019, por ausência justificada do Relator:**

**1. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000358-2**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Paraíso das Águas e Auto Posto Bisol Ltda-ME.

Assunto: Apurar possível irregularidade no Pregão Presencial nº 007/2017 Processo nº 2580/2016 - consistente na contratação de empresa que deixou de apresentar documento exigido no edital.

**2. Inquérito Civil nº 9/2013**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar eventual irregularidades no sistema de organização dos Balneários em relação a capacidade de carga diária de turistas, e ao sistema de controle “Voucher Único”.

**3. Inquérito Civil nº 48/2014**

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e o município de Nova Andradina/MS

Assunto: Verificar a estrutura dos órgãos relacionados à segurança pública em Nova Andradina/MS e a necessidade de adoção de medidas que visem à diminuição do índice de criminalidade, especialmente em razão do aumento de delitos de elevada gravidade envolvendo adolescentes.

**4. Inquérito Civil nº 6/2015**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Costa Rica

Requerentes: Ministério Público Estadual e os vereadores municipais Adair Tiago de Oliveira e Ronivaldo Garcia Cota

Requeridos: Município de Costa Rica/MS (Waldeli dos Santos Rosa) e a empresa Concrefort (Gessyca Sant'ana Lacerda Eirelli - ME)

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa na contratação de empresa para aquisição de artefatos de concreto.

**c. Processos:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000249-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rogerio Brustoloni Guimarães

Assunto: Apurar dano ambiental na Fazenda Estância João de barro, situada no Município de Rio Negro, decorrente de desmatamento ilegal, sem autorização do órgão ambiental competente.

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000279-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Deodápolis

Assunto: Apurar a integração do Município de Deodápolis ao Sistema Nacional de Trânsito, bem como averiguar a regularização das vagas de estacionamento em vias e espaços públicos, nos termos da Lei 12.587/2012.

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002894-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Deodápolis

Assunto: Apurar eventual omissão, por parte da Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS, quanto à fiscalização e arrecadação de IPTU relacionado ao imóvel objeto da Notícia de Fato nº 01.2018.00008646-0.

**4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001473-8 – SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande  
Advogados: Paulo César Bezerra Alves e Renato César Bezerra Alves

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000775-2 – SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande  
Advogado: Augusto Cesar Guerra Vieira

**6. Inquérito Civil nº 06.2017.00001755-7**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí  
Requerente: Joé Agnaldo Serafim  
Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que Vereadores de Naviraí receberam indevidamente diárias para suportar gastos com viagem à Brasília, no período de 18/08/2017 a 19/08/2017.

**7. Inquérito Civil nº 06.2016.00001228-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requerido: Antônio Carlos Lo Pinto

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da construção de uma represa/barragem, em área de nascentes e vereda, no imóvel denominado Fazenda Monte São (São José), de propriedade de Antônio Carlos Lo Pinto.

**8. Inquérito Civil nº 06.2016.00001163-7**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de que a Prefeitura Municipal de Aquidauana estaria descontando da folha de pagamento dos funcionários, parcelas referentes a empréstimos consignados e não estaria repassando as mesmas para as instituições financeiras.

**9. Inquérito Civil nº 06.2018.00000155-8**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a existência de degradação ambiental em APP, na interseção de uma estrada rural com o córrego Tocos, afluente do Córrego Guariroba, em um local conhecido como “Tubulão”, em decorrência da notícia de que o local se transformou em “balneário” e que também há intensa atividade de trilheiros.

**10. Inquérito Civil nº 06.2018.00002438-4 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

**11. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003367-2**

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Sonora  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requerido: Peixoto e Barbosa Ltda - ME

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no funcionamento da farmácia administrada pela Empresa “Peixoto e Barbosa LTDA - ME” que, segunda consta, não possui profissional responsável devidamente habilitado pelo CRF/MS, desde março de 2017.

**12. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002281-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requerida: Agro Pantanal Insumos Agrícolas

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental e eventual poluição causada pela eventual inadequação das instalações da empresa Agropantanal, localizada na Rua Marechal Floriano, nº 1120, bairro Milani, São Gabriel do Oeste/MS.

**7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002174-3**

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar representação dando conta da má prestação dos serviços de energia elétrica aos consumidores produtores rurais do Município de Sonora, consubstanciada na frequente interrupção dos serviços e consequente demora em seu restabelecimento.

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002219-7**

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coronel Sapucaia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL

Assunto: Apurar eventual prática de violação ao direito do consumidor no que se refere a problemas de distribuição e qualidade da água fornecida para parte da população de Coronel Sapucaia, que relatam vários episódios de interrupção no fornecimento e que a água fornecida nas residências se mostra turva, imprópria tanto para a limpeza quanto para a ingestão.

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000612-0**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventual sucateamento de estrutura material e humana na UBS Vila Rosa.

**4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000725-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades consistentes no pagamento irregular de médicos e desvio de dinheiro afeto à área da saúde, bem como eventuais atos de improbidade daí decorrentes.

**7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003126-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes/MS

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de plástico em Bandeirantes/MS.

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003128-5**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jaraguari/MS

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de alumínio em Jaraguari/MS.

**3. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2019.00003077-9 – SIGILOSO**

Corregedoria-Geral de Ministério Público

**4. Inquérito Civil nº 06.2017.00002199-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Igor Mendes Queiroz

Assunto: Apurar possível dano ambiental consistente no depósito irregular de madeira "in natura", equivalente a 85 palanques de "aroeira", sem o documento de origem florestal, na propriedade Sítio Sombra da Serra, localizado no município de Alcinópolis, de propriedade Igor Mendes Queiroz.

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000411-1 – SIGILOS**

Promotora de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Advogado: Thalles Henrique Garcia Sales Feliciano

**7.2.6. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:****1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00013471-3 – SIGILOS**

Corregedoria-Geral do Ministério Público

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001518-5**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande

Assunto: Apurar a suficiência do quadro de profissionais na Unidade Básica de Saúde da Família UBSF Anhanduí, bem como se a unidade possui os equipamentos mínimos exigidos para o serviço de acordo com sua tipologia.

**3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001020-5 – SIGILOS**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002478-4 – SIGILOS**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000798-5 – SIGILOS**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**6. Inquérito Civil nº 06.2017.00001666-9**

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Naviraí

Requerente: José Aparecido dos Santos

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de descumprimento do disposto no art. 40 da Lei n. 10.741/2003 pelas empresas de serviços de transportes rodoviários na cidade de Naviraí.

**7. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000677-1 – SIGILOS**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001535-2 – SIGILOS**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**9. Inquérito Civil nº 06.2018.00001539-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação da empresa jornalística Sheila Forato ME (Edição de Notícias) e atos de improbidade daí decorrentes.

**10. Inquérito Civil nº 06.2016.00001542-2 – SIGILOS**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

**7.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002396-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Japorã/MS

Assunto: Apurar e adotar providências em relação à negligência do Prefeito do Município de Japorã na apresentação do Relatório de Gestão 2015 e 2016, e do Demonstrativo Sintético Físico-Financeiro FEAS 2016, o que ocasionou no bloqueio do recurso destinado à municipalidade, referente ao Cofinanciamento do Fundo Especial de Assistência Social (FEAS).

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002769-2**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução do contrato administrativo de prestação de serviço, utilizados em eventos musicais patrocinados pelo Município de Porto Murtinho, celebrado com a Empresa Luiz Quirino de Oliveira – Eventos Musicais-ME, referentes ao IC nº 011/2016.

**3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000274-2 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado

**RETIFICAÇÃO DO AVISO Nº 13/2019/SCSMP, PUBLICADO NO DOMP/MS Nº 1.966, DE 13.05.2019:**

**Onde consta o subitem 7) Inquérito Civil nº 06.2018.00003066-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Laurídio Henrique de Souza - Assunto: Apurar situação jurídico-ambiental do imóvel denominado fazenda Rincão do LS, localizado no município de Aral Moreira/MS - Projeto Rio Amambai. (IC nº 37/2012, migrado para o SAJMP), **do RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO** passe a constar **como subitem 8 do RELATOR CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO.**

**Onde consta o subitem 3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000063-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar objeto narrado na manifestação de nº 11.2017.00004218-8 recebida pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, **do RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR**, passe a constar **como subitem 5 do RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO.**

Campo Grande, 24 de maio de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

**SECRETARIA-GERAL****ORDEM DE SERVIÇO Nº 0008/2019-SG/MPMS, DE 21 DE MAIO DE 2019.**

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais e

CONSIDERANDO, que cabe à Secretária-Geral dirigir, planejar, coordenar, supervisionar e orientar as atividades administrativas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que cabe à Secretária-Geral efetuar despachos de mero expediente e impulso nos documentos e processos administrativos, tais como a determinação de registro e autuação de documentos, encaminhamento dos expedientes para análise dos órgãos de Administração Superior, de Administração, de Execução e Auxiliares do Ministério Público;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012 prevê, entre as atribuições do cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento, função de Chefe do Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça, símbolo MPDS-104, o exercício de outras atribuições que lhe forem conferidas;

CONSIDERANDO a necessidade de se atribuir agilidade, eficiência e economia processual aos procedimentos administrativos em trâmite na Procuradoria-Geral de Justiça;

CONSIDERANDO, por fim, que os despachos de mero expediente e impulso de processos administrativos são atos desprovidos de carga decisória;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Delegar ao cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento, função de Chefe de Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça, símbolo MPDS-104, as seguintes atribuições:

I - Efetuar despachos de mero expediente e impulso dos processos administrativos efetivados pelos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, consubstanciados em:

- a) determinação de registro e autuação de documentos, encaminhamento dos autos e documentos para análise da Secretaria de Gestão de Pessoas e posterior conclusão;
- b) determinação de juntada de documentos pertinentes aos procedimentos administrativos.

Art. 2º. O Chefe de Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça zelará pelo fiel cumprimento desta Ordem de Serviço, na forma e nos seus limites.

Art. 3º. Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura.

Campo Grande, 21 de maio de 2018.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA  
Promotora de Justiça  
Secretária-Geral/MPMS

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 17/PGJ/2019 - Processo n.º PGJ/10/1402/2019.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento e instalação de conjunto de equipamentos necessários e suficientes para o funcionamento de um sistema de detecção e alarme de incêndio com possibilidade de monitoramento remoto, para atender as Promotorias de Justiça - Unidade Rua da Paz, em Campo Grande – MS.

Vencedora: Idealnet Produtos Eletrônicos e Teleinformática Ltda. - EPP, para o lote único, no valor de R\$ 154.500,00.

Justificativa: Adjudicação e homologação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do edital.

Campo Grande, 27 de maio de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA  
Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS  
Ordenadora de Despesa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo nº PGJ/10/0329/2018

Amparo legal: Artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Ordenadora de Despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor mensal: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), Nota de Empenho nº 2019NE002467, de 27.05.2019.

Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua Dorivaldo Monteiro Nogueira, nº 1256, bairro Jardim Eldorado, no município de Nova Alvorada do Sul/MS, para abrigar a sede da Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul/MS.

Justificativa: O imóvel localizado na Rua Dorivaldo Monteiro Nogueira, nº 1256, bairro Jardim Eldorado, no município de Nova Alvorada do Sul/MS, após pesquisa, avaliação mercadológica e negociação, restou como a melhor alternativa ao atendimento dos interesses da Administração, encontrando-se com o valor de locação dentro do preço médio praticado no mercado imobiliário local.

Ratifica: **Humberto de Matos Brittes**, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico.

Campo Grande/MS, 27.05.2019.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/PGJ/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/PGJ/2019.**

Processo nº PGJ/10/1198/2019

Partes:

1 - **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional, **Olavo Monteiro Mascarenhas**;

2.1 - **HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME**, representada por **Fatima Aparecida Cortez Padilha**;

2.2 - **OXFORD PORCELANAS S/A**, representada por **Irineu Weihermann** e por **Antonio Marcos Schroth**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 16/PGJ/2019.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (bandejas, chaleiras, copos de vidro e descartáveis, garrafas térmicas, xícaras, etc.), conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Acendedor para fogão a gás, tipo faísca, funcionamento sem pilha e sem fio. Marca: Lume. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	200	R\$ 6,75
2	Açucareiro, corpo, tampa e colher fabricados em aço inox, capacidade de 350g (admitindo-se 50g para mais ou para menos). Marcas de referência: Artinox, Brinox, Viel ou Tramontina. Marca: Artinox. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	100	R\$ 38,90
3	Bandeja com alça, fabricada em aço inox, medindo 50cm de comprimento x 32cm de largura aproximadamente (admitindo-se 3 cm para mais ou para menos referente ao comprimento e largura da bandeja) e 1,5mm de espessura no mínimo. Marca: Pantheon. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	200	R\$ 71,00
4	Bule de aço inox, com tampa em aço inox, cabo em baquelite ou material termoplástico, capacidade de 1 a 2 litros, com fundo plano, com diâmetro maior que 10 cm e menor que 20 cm, para utilização em fogão elétrico. Marca: Item não registrado.	Unidade	50	Não registrado
5	Bule em alumínio polido, com tampa em alumínio polido, com no mínimo 2mm de espessura, cabo em baquelite ou material termoplástico, capacidade de 2 a 3 litros. Marca: Alumínio ABC. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	100	R\$ 55,50
6	Chaleira de alumínio polido, com corpo e tampa em alumínio polido de no mínimo 2mm de espessura, com alça em baquelite ou material termoplástico, com capacidade de 2 a 3 litros. Marca: Item não registrado.	Unidade	100	Não registrado
7	Chaleira em alumínio polido, com corpo e tampa em alumínio polido, com no mínimo 2mm de espessura, cabo em baquelite ou material termoplástico, capacidade de 3,5 a 5 litros. Marca: Item não registrado.	Unidade	100	Não registrado
8	Chaleira de aço inox, com tampa em inox, alça em baquelite ou material termoplástico, capacidade de 2 a 3 litros, com fundo plano, com diâmetro maior que 10 cm e menor que 20 cm, para utilização em fogão elétrico. Marca: Artinox. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	50	R\$ 58,50
9	Chaleira de aço inox, com tampa em inox, alça em baquelite ou material termoplástico, capacidade de 3,5 a 5 litros, com fundo plano, diâmetro maior que 12 cm e menor que 26 cm, para utilização em fogão elétrico. Marca: Item não registrado.	Unidade	50	Não registrado
10	Coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, profundidade de no mínimo 20 cm, bocal medindo no mínimo 20 cm, cabo metálico. Marca: Ariel. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	1.000	R\$ 5,80
11	Colher de café, fabricada em aço inox, inteira, espessura de no mínimo 1 mm, e 10 cm de comprimento aproximadamente (admitindo-se 1 cm para mais ou para menos). Marca: Artinox. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	1.000	R\$ 1,19
12	Colher de chá, fabricada em aço inox, inteira, espessura de no mínimo 1 mm, e 12 cm de comprimento aproximadamente (admitindo-se 1 cm para mais ou para menos). Marca: Artinox. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	1.000	R\$ 1,10
13	Colher de sopa, fabricada em aço inox, inteira, espessura de no mínimo 1 mm e 19 cm de comprimento aproximadamente (admitindo-se 1 cm para mais ou para menos). Marca: Barichello. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	1.000	R\$ 1,69
14	Colher grande, fabricada em aço inox, inteira, espessura de no mínimo 1 mm e 24 a 25 cm de comprimento aproximadamente (admitindo-se 1 cm para mais ou para menos). Marca: Simonaggio. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	200	R\$ 11,95
15	Copo de vidro liso, transparente, capacidade mínima de 300 ml, medindo aproximadamente 7,8 cm de diâmetro na parte superior, e 12 cm de altura (admitindo-se 1 cm para mais ou para menos). Marca: Nadir. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	2.500	R\$ 2,98
16	Copo descartável, confeccionado com resina termoplástica branca ou translúcida (poliestireno atóxico), homogêneo, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, sem sujidade interna ou externamente. Com capacidade de 50 ml. Marca ou identificação do fabricante, capacidade e símbolo de identificação de material para reciclagem gravados em relevo, com caracteres visíveis e de forma indelével. Embalagem com 100 unidades. Acondicionado conforme a praxe do fabricante, de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu	Embalagem	1.500	R\$ 1,73

	uso. Dados do fabricante, marca e quantidade constantes na embalagem do produto. Atendendo as condições gerais da NBR 14865 e NBR 13230 da ABNT. Marcas de referência: Copaza, Copobrás, Minaplast e Zanatta. Marca: Minaplast. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.			
17	Copo descartável, confeccionado com resina termoplástica branca ou translúcida (poliestireno atóxico), homogêneo, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, sem sujidade interna ou externamente. Capacidade mínima de 180 ml. Marca ou identificação do fabricante, capacidade e símbolo de identificação de material para reciclagem gravados em relevo, com caracteres visíveis e de forma indelével. Embalagem com 100 unidades. Acondicionado conforme a praxe do fabricante, de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. Dados do fabricante, marca e quantidade constantes na embalagem do produto. Atendendo as condições gerais da NBR 14865 e NBR 13230 da ABNT. Marcas de referência: Copaza, Copobrás, Minaplast e Zanatta. Marca: Minaplast. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Embalagem	15.000	R\$ 3,40
18	Dispenser para copos descartáveis 180/200 ml (poupa copos), produzido em material plástico, dispositivo semiautomático com acionamento através de botão, para a retirada de 1 (um) copo por vez. Acompanha o produto o kit para fixação. Marca: JSN. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	1.000	R\$ 37,30
19	Escorredor de louças duplo, em material cromado, capacidade para 5 a 10 pratos, e compartimento para copos e talheres. Marca: MM Passerini. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	100	R\$ 37,90
20	Faca de mesa inteira, fabricada em aço inox, corte serrilhado, medindo aproximadamente 20 cm (admitindo-se 1 cm para mais ou para menos). Marca: Barichello. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	1.000	R\$ 3,65
21	Filtro de papel, para coação de líquidos em alta temperatura, tamanho nº 103, 100% celulose, em textura especial, com microfuros, embalagem com 30 filtros, com selo de garantia, composição e informações do fabricante estampados na embalagem. Validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Mellita, Três Corações e Jovita/Brigitta. Marca: Jovita/Brigitta. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Embalagem	5.000	R\$ 3,65
22	Fósforo, pacote com 10 caixinhas, contendo 40 palitos cada caixinha, área de riscagem com vida útil compatível com o número de palitos da embalagem, com certificação (selo) do Inmetro. Marcas de Referência: Paraná, Fiat Lux ou Guarany. Marca: Fiat Lux. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Pacote	600	R\$ 3,45
23	Garfo fabricado em aço inox, inteiriço, espessura de no mínimo 1 mm e 19 cm de comprimento aproximadamente (admitindo-se 1 cm para mais ou para menos). Marca: Barichello. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	1.000	R\$ 2,75
24	Garrafa térmica, corpo em material inox, tampa de pressão, ampola interna em vidro térmico, com capacidade para 1,8 litros. Marcas de referência: Invicta, Termolar e Aladdin. Marca: Invicta. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	500	R\$ 59,50
25	Garrafa térmica, corpo em material plástico, tampa de pressão, ampola interna em vidro térmico, com capacidade de 1 litro. Marcas de referência: Invicta, Termolar e Aladdin. Marca: Item não registrado.	Unidade	1.000	Não registrado
26	Guardanapo de papel branco, folha simples de alta qualidade, medindo 24 cm x 22 cm aproximadamente (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos), sem furos, materiais estranhos ou sujidades, 100% de fibras naturais, embalado em pacotes plásticos com 50 (cinquenta) unidades, reembalados em caixa de papelão, conforme a praxe do fabricante, de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Marcas de referência: Santepele, Snob, Scott e Kitchen. Marca: Item não registrado.	Pacote	10.000	Não registrado
27	Jarra para água, confeccionada em vidro resistente, mínimo de 3mm e com alça no próprio vidro, transparente, com tampa, capacidade de 1,5 a 2 litros, com selo da garantia, composição e informações do fabricante, estampados na peça. Marcas de referência: Marinex, Etna, Luna e Luminarc. Marca: Item não registrado.	Unidade	500	Não registrado
28	Leiteira de aço inox, com cabo, sem tampa, capacidade de 3,5 a 5 litros, com fundo plano, diâmetro maior que 12 e menor que 26cm, para utilização em fogão elétrico. Marca: Item não registrado.	Unidade	50	Não registrado
29	Leiteira de aço inox, com cabo, sem tampa, capacidade de 2 a 3 litros, com fundo plano, diâmetro maior que 12 e menor que 26cm, para utilização em fogão elétrico. Marca: Item não registrado.	Unidade	50	Não registrado
30	Leiteira em alumínio polido, com espessura de no mínimo 2mm, com alça em baquelite ou material termoplástico, com capacidade de 2 a 3 litros.	Unidade	100	Não registrado

	Marca: Item não registrado.			
31	Leiteira em alumínio polido, com espessura de no mínimo 2mm, com alça em baquelite ou material termoplástico, capacidade de 3,5 a 5 litros. Marca: Item não registrado.	Unidade	100	Não registrado
32	Mexedor plástico descartável, para bebidas quentes ou frias, cor cristal, medindo 9cm de comprimento, confeccionado em poliestireno, atóxico, embalagem com 500 unidades. Marca: Strawplast. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Pacote	1.000	R\$ 8,95
33	Pano de prato, 100% algodão, medindo aproximadamente 46 x 68 cm (admitindo-se 3 cm para mais ou para menos). Marcas de referência: Flabom, Ximbica, Têxtil Abril, Novo Mundo. Marca: Item não registrado.	Unidade	2.000	Não registrado
34	Peneira plástica reforçada, para chá, medindo aproximadamente 19 cm de diâmetro (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos). Marca: Item não registrado.	Unidade	200	Não registrado
35	Porta-copo (descanso para copo), redondo, inteiriço em inox, medindo aproximadamente 10 cm de largura (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos). Marca: Pantheon. Empresa vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME.	Unidade	1.000	R\$ 6,80
36	Pote de vidro transparente, com no mínimo 3 mm de espessura, redondo, capacidade de 2 litros, com tampa plástica ou metálica. Marca: Item não registrado.	Unidade	500	Não registrado
37	Prato raso em porcelana, redondo, branco, liso, largura aproximada de 26 cm (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos). Marca: Oxford. Empresa vencedora: OXFORD PORCELANAS S/A.	Unidade	500	R\$ 7,04
38	Xícara para café, com pires, ambos em porcelana, cor branca, lisa, capacidade mínima de 60 ml. Marcas de referência: Brinox, Schimdt, Oxford e Germer. Marca: Oxford. Empresa vencedora: OXFORD PORCELANAS S/A.	Unidade	1.200	R\$ 6,64
39	Xícara para chá, com pires, ambos em porcelana, cor branca, lisa, capacidade mínima de 150 ml. Marcas de referência: Brinox, Schimdt, Oxford e Germer. Marca: Oxford. Empresa vencedora: OXFORD PORCELANAS S/A.	Unidade	1.200	R\$ 8,25

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 23 de maio de 2019.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### CAMPO GRANDE

#### EDITAL Nº 16/2019.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2019.00001812-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Antonio Souza Oliveira.

Objeto: Acompanhar o cumprimento de acordo judicial firmado entre o Ministério Público Estadual e Antonio Souza Oliveira, nos autos de Cumprimento de Sentença n. 0818035-40.2015.8.12.0001, referente ao imóvel rural “Fazenda Ronda”, localizado no Município de Campo Grande – MS.

Campo Grande, 27 de maio de 2019.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça.

---

**CORUMBÁ**

---

**EDITAL 0022/2019/05PJ/CBA**

Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001363-6

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 09.2019.00001363-6, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça,

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Câmara Municipal de Corumbá/MS

Assunto: Acompanhar e fiscalizar as obrigações contraídas no Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público Estadual e a Câmara Municipal de Corumbá referente às condições de receita, despesas e transparência da Câmara Municipal de Corumbá/MS (ICs 40/2011 e 41/2011).

Corumbá/MS, 22 de maio de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

---

**DOURADOS**

---

**RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº0001/2019/17PJ/DOS**

Procedimento Administrativo: 09.2019.00001529-0/17PJ/DOS

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados/MS e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Dourados/MS

Objeto: *“Fiscalizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Dourados/MS.”*

**RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº0001/2019/17PJ/DOS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, apresentados pelo Promotor de Justiça e Procurador da República abaixo subscritos, no uso das atribuições conferidas pelo art. 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu art. 5º que *“a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”*;

CONSIDERANDO que o art. 44 daquele mesmo ato dispõe que *“o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”*;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o Conselho Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, exercendo sua competência de fixar diretrizes e normas gerais quanto à política de atendimento à criança e ao adolescente, editou a Resolução nº 170/2014, que dispõe sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 139, *caput*, da Lei n. 8.069/90 “o processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente”;

CONSIDERANDO que o art. 139, *caput*, da Lei n. 8.069/90 e do art. 5º, inciso III, da Resolução n. 170/2014, do CONANDA, estabelecem que caberá ao Ministério Público a fiscalização desse processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 53 da Resolução do CONANDA n. 170/2014 dispõe que “para a criação, composição e funcionamento do Conselho Tutelar deverão ser observadas as diversidades étnicas culturais do país, considerando as demandas das comunidades remanescentes de quilombo e outras comunidades tradicionais”;

CONSIDERANDO que o art. 3º da Convenção de 169 da Organização Internacional do Trabalho determina que “os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação.”;

CONSIDERANDO que “A Constituição de 1988, atenta às diferenças culturais presentes na sociedade brasileira, previu tratamento específico quanto às culturas e etnias indígenas”, bem como que “Toda a legislação infraconstitucional deve ser interpretada conforme o comando do artigo 231, que prevê verdadeiro direito ao reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições indígenas.” (TRF-4 - AC: 50017962320154047127 RS 5001796-23.2015.404.7127, Relator: ROGER RAUPP RIOS, Data de Julgamento: 28/03/2017, QUINTA TURMA);

CONSIDERANDO que na Reunião Ordinária (Ata n. 012/2018) realizada na Casa dos Conselhos, aos oito de novembro de 2018, os conselheiros do CMDCA concordaram com as alterações propostas a serem realizadas na Lei Complementar Municipal n. 226/13;

CONSIDERANDO que o art. 30 da proposta de alteração da referida Lei Complementar Municipal dispõe que “I- fica destinado uma vaga reservada a pessoa indígena, reconhecida pela FUNAI, em cada Conselho Tutelar, o qual deverá atender à todos os demais requisitos exigidos por esta lei, sendo que, em caso de não preenchimento de qualquer requisito pelo candidato indígena, a vaga será destinada para o público geral.”;

RESOLVEM, em nome da proteção das crianças e dos adolescentes indígenas, RECOMENDAR ao Município de Dourados, por sua Prefeita Municipal, e ao Conselho Municipal dos Direitos da Crianças e do Adolescente (CMDCA) de Dourados, por sua presidente, que:

- 1) promovam todas as medidas aptas a garantir a plena participação das comunidades indígenas no processo de seleção e eleição dos membros dos Conselhos Tutelares de Dourados/MS, tal como a divulgação nas aldeias e acampamentos dos editais e seus prazos, garantindo, inclusive, o registro de candidatura de indígenas nos termos do edital e da respectiva lei do local;
- 2) procedam à reabertura, caso já tenha se esgotado, do prazo previsto em edital para inscrição como candidato a membro dos Conselhos Tutelares de Dourados/MS, dando ampla publicidade às comunidades indígenas, de modo a possibilitar sua participação e atender a esta Recomendação.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal a adotarem as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a proteção às crianças e aos adolescentes indígenas e que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal deverão ser comunicados, através da 17ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da presente, se as autoridades acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem tomadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

Por fim, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, ao Poder Legislativo Municipal, e também, para publicação no DOMP/MS.

Dourados/MS, 21 de maio de 2019

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça

17ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS

MARCO ANTONIO DELFINO DE ALMEIDA

Procurador da República

1º Ofício de Dourados/MS

## RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 0002/2019/17PJ/DOS

Procedimento Preparatório: 06.2019.00000786-7/17PJ/DOS

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados/MS, Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS) de Dourados/MS e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Dourados/MS

Objeto: *"Apurar a inércia do Município de Dourados/MS em firmar convênios com entidades de assistência social e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dourados/MS."*

## RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 0002/2019/17PJ/DOS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social e do 17º Promotor de Justiça de Defesa das Crianças, Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo art. 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo art. 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu art. 5º que *"a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social"*;

CONSIDERANDO que o art. 44 daquele mesmo ato dispõe que *"o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover"*;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal<sup>1</sup>);

CONSIDERANDO que é dever do detentor de cargo ou função pública desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os agentes públicos/políticos devem observar os princípios de legalidade, impeccabilidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no art. 37 da Constituição Federal<sup>2</sup>, na prática de seus atos;

<sup>1</sup> "Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

(...)

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;"

<sup>2</sup> "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)"

CONSIDERANDO que todo agente público ou político responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade envolve a sujeição do agente público e político não só à lei aplicável ao caso concreto, mas também ao regramento jurídico e aos princípios constitucionais que regem a atuação administrativa;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade para Administração Pública tem feições peculiares, pois, sua atuação resta condicionada ao que a lei determina, sendo permitido ao administrador público realizar somente aquelas condutas legalmente previstas, diferentemente do particular ao qual é garantido o direito de praticar condutas que a lei não proíba;

CONSIDERANDO que neste particular, foi editada a Lei 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, a qual trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de desonestidade no trato com a função pública, notadamente de enriquecimento ilícito, o prejuízo ao erário e o atentado aos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura, em seu art. 227<sup>3</sup>, *caput*, às crianças e aos adolescentes, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO que a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei 12.435, de 06 de julho de 2011, em seu art. 6<sup>o</sup>, institui entre os objetivos da gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), implementar a gestão do trabalho e a educação permanente da assistência social;

CONSIDERANDO os dados informativos colhidos no Procedimento Preparatório n. 06.2019.00000786-7/17PJ/DOS;

CONSIDERANDO que a criação dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA representa inovação na construção das diretrizes que gerem a política de atendimento à criança e ao adolescente na atualidade;

CONSIDERANDO que a natureza dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA como Fundo Especial que é o “*produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação*” (art. 71, *caput*, da Lei n. 4.320/64) e que tem como fundamento a necessidade de destinar, de modo certo e determinado, recursos financeiros para áreas de especial relevância, facilitando a captação e a aplicação desses;

CONSIDERANDO que os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA são ferramentas que detêm a capacidade de executar políticas voltadas à população infantojuvenil;

CONSIDERANDO que os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA podem ser definidos como “*aportes de recursos financeiros constituídos de receitas específicas e aplicados na aquisição de bens e na execução de serviços diretamente vinculados à política de atendimento da população infantojuvenil, com base em plano de ação elaborado pelos Conselhos de Direitos, observadas as normas da legislação própria de cada ente federativo*”<sup>5</sup>;

CONSIDERANDO as regras gerais atinentes à administração de recursos financeiros públicos aplicáveis às modalidades de Fundo Especial previstas no art. 165<sup>6</sup> e seguintes da Constituição Federal, na Lei n. 4.320/64 e na Lei n. 8.666/93;

<sup>3</sup> “Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)”

<sup>4</sup> “Art. 6º A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)”

<sup>5</sup> Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. / Andréa Rodrigues Amin ... [et al.]; coordenação Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. – 11 ed. – São Paulo. Saraiva Educação, 2018. p. 505.

<sup>6</sup> “SEÇÃO II

DOS ORÇAMENTOS

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 88, inciso IV<sup>7</sup>, 154<sup>8</sup>, 214<sup>9</sup>, 260<sup>10</sup> e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente a respeito dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que cabe à União, aos Estados e aos Municípios legislarem sobre a criação e normatização dos respectivos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA;

CONSIDERANDO que o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – FNDCA está previsto na Lei n. 8.242/91 e é regulamento pelo Decreto n. 1.196/94;

CONSIDERANDO que o Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência – FEINAD de Mato Grosso do Sul é regido pela Lei Estadual n. 3.435/07;

CONSIDERANDO que o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA em Dourados/MS está estampado na Lei Complementar Municipal n. 226/13;

CONSIDERANDO que a gestão dos fundos é função exclusiva dos conselhos da criança e do adolescente nos termos dos artigos 88, inciso IV, 214, 260 e 260-I<sup>11</sup>, do ECA;

CONSIDERANDO que a Lei n. 13.019/14 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC versa sobre as parcerias que podem ser estabelecidas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, e é regulamentada pelo Decreto n. 8.726/2016 que dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil;

CONSIDERANDO que a Lei n. 13.019/14 e o Decreto n. 8.726/16<sup>12</sup> determinam que a escolha das Organizações da Sociedade Civil – OSC que possam receber recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente não cabe exclusivamente ao Poder Executivo, mas que deve, obrigatoriamente, contar com a participação do conselho gestor o fundo;

(...)"

<sup>7</sup> Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

(...)

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;"

<sup>8</sup> "Art. 154. Aplica-se às multas o disposto no art. 214."

<sup>9</sup> "Art. 214. Os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município.

§ 1º As multas não recolhidas até trinta dias após o trânsito em julgado da decisão serão exigidas através de execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

§ 2º Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária."

<sup>10</sup> Art. 260. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites: (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

I - 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; e (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

II - 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observado o disposto no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

<sup>11</sup> "Art. 260-I. Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais divulgarão amplamente à comunidade: (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012)

I - o calendário de suas reuniões;

II - as ações prioritárias para aplicação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente;

III - os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital ou municipais;

IV - a relação dos projetos aprovados em cada ano-calendário e o valor dos recursos previstos para implementação das ações, por projeto;

V - o total dos recursos recebidos e a respectiva destinação, por projeto atendido, inclusive com cadastramento na base de dados do Sistema de Informações sobre a Infância e a Adolescência;

VI - a avaliação dos resultados dos projetos beneficiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais."

<sup>12</sup> "Art. 8º A seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela administração pública federal por meio de chamamento público, nos termos do art. 24 da Lei nº 13.019, de 2014.

(...)

§ 2º O chamamento público para celebração de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros, poderá ser realizado pelos respectivos conselhos gestores, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014, e deste Decreto."

"Art. 13. O órgão ou a entidade pública federal designará, em ato específico, os integrantes que comporão a comissão de seleção, a ser composta por pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública federal.

(...)

§ 3º A seleção de parceria executada com recursos de fundo específico poderá ser realizada por comissão de seleção a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014, e deste Decreto."

"Art. 49. A comissão de monitoramento e avaliação é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

(...)

§ 5º O monitoramento e a avaliação da parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014, e deste Decreto."



CONSIDERANDO que metade dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Dourados/MS<sup>13</sup> é composta por representantes governamentais, havendo, portanto, participação direta do Poder Executivo no processo de escolha das OSC;

CONSIDERANDO que o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC e o decreto que o regulamenta surgem como uma oportunidade para que os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente aprimorem o processo de planejamento e controle da aplicação e gestão do FMDCA, fortalecendo o papel do conselho como instância deliberativa;

CONSIDERANDO a necessidade de fomentar uma postura proativa do CMDCA de Dourados/MS para com as políticas de sua área de atuação, abandonando a postura reativa que predomina na atualidade;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal n. 226/13 prevê, entre as atribuições e competência do CMDCA de Dourados/MS a de “*definir a política de captação, administração e aplicação dos recursos financeiros que venham a constituir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em cada exercício*.” (inciso XXII);

CONSIDERANDO que para o desenvolvimento e gestão dos fundos é necessária a elaboração de Planos de Ação e de Aplicação de recursos;

CONSIDERANDO que o Plano de Ação<sup>14</sup> objetiva consolidar as deliberações dos conselhos de direitos, demonstrando, de maneira estruturada, as atividades que devem ser realizadas com os recursos do fundo durante período determinado e que o Plano de Aplicação é um instrumento tático através do qual se viabiliza a execução do Plano de Ação, organizando como serão distribuídos os recursos dentre as atividades eleitas como prioritárias<sup>15</sup>;

CONSIDERANDO as etapas de gestão e parcerias estabelecidas pelo MROSC envolvem: i) planejamento do chamamento público; ii) seleção de organizações da sociedade civil (OSC) por meio de chamamento público; iii) celebração de parcerias; iv) monitoramento e avaliações das parcerias; e v) prestação de contas;

CONSIDERANDO que o planejamento do chamamento público deve incluir: i) realização de diagnóstico local para definição de necessidades e prioridades; ii) definição da modalidade de parceria e elaboração do plano de trabalho; iii) definição do valor de referência para a execução de ações; iv) especialização da programação orçamentária que viabilizará a parceria;

CONSIDERANDO que os diagnósticos locais têm o condão de identificar e apontar os problemas que atingem crianças e adolescentes (ameaças e violações de direitos), angariar informações sobre as situações dos serviços, programas e projetos de atendimento e justificar perante a Administração Pública Municipal a necessidade de abertura dos chamamentos públicos para formação de parcerias que viabilizem a realização de ações primárias;

CONSIDERANDO que todas as modalidades de parceria (colaboração<sup>16</sup>, fomento e cooperação) previstas no MROSC pressupõe a elaboração prévia de um Plano de Trabalho que descreva e justifique a ação proposta, o objetivo a ser buscado, qual o território alcançado e quais suas características, perfil e volume do público alvo, o tipo de serviço a ser executado e o resultado pretendido;

<sup>13</sup> “Lei Complementar Municipal n. 226/13. Art. 9º. O CMDCA, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, será composto por 10 membros titulares e igual número de suplentes da seguinte forma:

I. cinco membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, preferencialmente atuantes dentre as áreas das políticas sociais afetas à criança e ao adolescente;”

<sup>14</sup> O Plano de Ação deve ser baseado nos diagnósticos locais que definem as ações prioritárias, seus respectivos custos e previsões de datas em que serão executadas para que, assim, quando do Plano de Aplicação ao menos parte desses custos previstos sejam cobertos com os recursos que ingressarem no FMDCA.

<sup>15</sup> Nas lições de Wilson Donizete Liberati e Públio Caio Bessa Cyrino “o Plano de Aplicação nada mais é que a distribuição dos recursos para as áreas prioritárias em relação aos objetivos políticos fixados pelo Conselho. É o ‘orçamento’ do Fundo, o qual integra o orçamento geral da entidade a que esteja vinculado. [...] O Plano de Ação é o documento que faz constar a definição de objetivos e metas, com a especificação das prioridades, que atendam a uma necessidade ou propósito de quem decide. Em termos comparativos, o Plano de Ação é a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e o Plano de aplicação é a Lei Orçamentária.” (CYRINO, Públio Caio Bessa; LIBERATI, Wilson Donizeti. *Conselhos e Fundos no Estatuto da Criança e do Adolescente*, p. 225/226 apud Andréa Rodrigues Amin ... [et al.]; *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. Coordenação Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. – 11 ed. – São Paulo. Saraiva Educação, 2018. p. 505.

<sup>16</sup> “Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) Parágrafo único. Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil.”

“Art. 22. Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou de fomento: (...)”.

“Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública: (...)

IV - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos desta Lei;”

CONSIDERANDO que o art. 30, incisos I, II, III e VI, e o art. 31, incisos I e II, ambos do MROSC preveem situações nas quais o chamamento público poderá ser dispensado e é inexigível, cuja ausência deverá ser justificada pelo administrador público (art. 32, incisos I e II, do MROSC);

CONSIDERANDO que o edital de chamamento deve especificar a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria (art. 24, §1º, inciso I, do MROSC), a qual deverá conter a descrição da ação prevista e dos recursos necessários para sua execução;

CONSIDERANDO que a Lei n. 4.320/64 prevê em seu art. 2º, *caput*, que “a Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.” e que “programa de trabalho” ali mencionado em muito se aproxima ao conceito de “plano de trabalho” previsto no MROSC;

CONSIDERANDO que os demonstrativos de despesas orçamentárias devem ser anexados ao texto da lei orçamentária, em destaque, à Lei Orçamentária Anual – LOA;

CONSIDERANDO que, para suprir a condição apontada no art. 24, §1º, inciso I, do MROSC<sup>17</sup> em conformidade à Lei n. 4.320/64, o CMDCA deve encaminhar Programa de Trabalho que será objeto da parceria, junto com a previsão do orçamento para inclusão na LOA do município;

CONSIDERANDO que a inclusão do Programa de Trabalho na LOA poderá ser: *i)* solicitada ainda quando da elaboração do Projeto de Lei, que, com a aprovação, vigorará no ano seguinte<sup>18</sup>; ou *ii)* solicitada para o ano corrente, quando houver disponibilidade efetiva na conta do FMDCA, a fim de que a Câmara Municipal autorize a abertura de Crédito Adicional no orçamento aprovado no ano anterior;

CONSIDERANDO que, em via de regra, a seleção de organizações da sociedade civil (OSC) se dá por meio de chamamento público (art. 35 do MROSC<sup>19</sup>), incluindo as atividades: *i)* divulgação do edital<sup>20</sup> de chamamento público; *ii)* formação de comissão de seleção; *iii)* avaliação das organizações e propostas com base em critérios previamente definidos; *iv)* divulgação do resultado do processo de seleção;

CONSIDERANDO que a comissão de seleção é definida no *inciso X, do art. 2º do MROSC* como “*órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública*” e que o art. 27, §1º, delinea que “*as propostas serão julgadas por uma comissão de seleção previamente designada, nos termos desta Lei, ou constituída pelo respectivo conselho gestor, se o projeto for financiado com recursos de fundos específicos*”;

CONSIDERANDO que, em se tratando de chamamentos públicos baseados no FMDCA, a Comissão de Seleção deve ser formada por membros do CMDCA<sup>21</sup>, e que a participação do órgão técnico e jurídico da administração pública no processo seletivo (art. 35, inciso V, do MROSC<sup>22</sup>), não substitui a atividade da Comissão de Seleção;

<sup>17</sup> “Art. 24. Exceto nas hipóteses previstas nesta Lei, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 1º O edital do chamamento público especificará, no mínimo:

I - a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)”

<sup>18</sup> Decreto Federal n. 8.726/16. Art. 9º, §1º “*Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, o órgão ou a entidade pública federal indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias nos orçamentos dos exercícios seguintes.*”.

<sup>19</sup> “Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

I - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei;”

<sup>20</sup> MROSC: “Art. 26. O edital deverá ser amplamente divulgado em página do site oficial da administração pública na internet, com antecedência mínima de trinta dias. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)”

Decreto Federal n. 8.726/16: “Art. 10. O chamamento público será amplamente divulgado no site eletrônico oficial do órgão ou da entidade pública federal e na plataforma eletrônica.

Parágrafo único. A administração pública federal disponibilizará, sempre que possível, meios adicionais de divulgação dos editais de chamamento público, especialmente nos casos de parcerias que envolvam indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais sujeitos a restrições de acesso à informação pelos meios tradicionais de comunicação.”

<sup>21</sup> Tendo em vista que a formação do CMDCA é paritária, de igual forma deverá ser a Comissão de Seleção formada por esse, ou seja, deve contar com igual número de representantes do governo e da sociedade civil.

<sup>22</sup> “V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito: a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada; b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei; c) da viabilidade de sua execução; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) d) da verificação do cronograma de desembolso; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos; f) (Revogada); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) g) da designação do gestor da parceria;”

h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;”

CONSIDERANDO que a formação de Comissão de Seleção que não seja integrada por membros do CMDCA representa desrespeito às normas do MROSC e às regras de funcionamento dos conselhos gestores;

CONSIDERANDO que o monitoramento e avaliações das parcerias tem como etapas: *i) a formação da comissão de monitoramento e avaliação; ii) o levantamento e análise de dados e informações com base em indicadores predefinidos; iii) elaboração e aprovação de relatório técnico sobre a execução e os resultados das ações.*

CONSIDERANDO que a fiscalização das parcerias que envolvem o FMDCA deve ser realizada conjuntamente pela Administração Pública, através do gestor técnico designado, e pelo CMDCA<sup>23</sup> (art. 60 MROSC<sup>24</sup>);

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal n. 2.744/16 que “*Estabelece as normas para credenciamento de organizações da sociedade civil a fim de firmar parcerias em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e dá outras providências*”, não atribui ao CMDCA a tarefa de análise, credenciamento, monitoramento e avaliação de parceria, mas unicamente às Secretarias Municipais;

CONSIDERANDO o conteúdo do Ofício n. 30/2019/SEMAS encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA de Dourados/MS;

CONSIDERANDO que a regulamentações que excluem o CMDCA das funções de monitoramento e avaliação de parcerias que venham a ser financiadas pelo FMDCA conflita com o art. 59, §2º, do MROSC<sup>25</sup> e com o art. 88 do ECA;

CONSIDERANDO que a etapa de prestação de contas envolve as atividades de: *i) liberação das parcelas previstas no orçamento aprovado; ii) acompanhamento e análise da execução física e financeira; iii) emissão de parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas;*

CONSIDERANDO que segundo o art. 48, caput, do MROSC “*as parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades*”, devendo, portanto, as parcelas dos recursos serem liberadas paulatinamente, conforme cronograma proposto;

CONSIDERANDO que a liberação dos recursos em parcela única dificulta o controle da execução orçamentária;

CONSIDERANDO que a etapa de monitoramento e avaliação das ações e a análise de sua execução financeira permitem o controle transparente e eficaz das parcerias em curso, a revisão e o aprimoramento do Plano de Ação e do Plano de Aplicação de Recursos do Fundo, cuja elaboração pelo CMDCA deve ser anual;

CONSIDERANDO que a emissão de “*certificados de captação*” e congêneres, assim como a realização de “*doações casadas*” são práticas dotadas de ilegalidade, mesmo que efetivadas sob o argumento de suposto fomento às doações destinadas ao FMDCA, uma vez que violam as normas e regras que regem a atuação dos CMDCAS ao delegar a terceiro a escolha de programas e projetos que serão contemplados com as verbas dos fundos, e infringem<sup>26</sup> os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, configurando, inclusive, ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que Resolução CONANDA nº 137/2010, de 21 de janeiro de 2010, que dá abertura à prática de doações casadas, ultrapassa os limites das atribuições do Conselho Nacional e, portanto, deve ser ignorada;

<sup>23</sup> Nas palavras de Patrícia Silveira Tavares: “*Cumpra também aos Conselhos dos Direitos exercer o controle e a fiscalização dos programas e projetos beneficiados com recursos dos Fundos, notadamente, quanto ao atendimento dos objetivos e metas por estes preconizados.*” (*Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos.* / Andréa Rodrigues Amin ... [et al.]; coordenação Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. – 11 ed. – São Paulo. Saraiva Educação, 2018. p. 517.)

<sup>24</sup> “Art. 60. Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes em cada esfera de governo. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) Parágrafo único. As parcerias de que trata esta Lei estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previstos na legislação.”

<sup>25</sup> “Art. 59. A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

(...)

§ 2º No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores, respeitadas as exigências desta Lei.” (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

<sup>26</sup> Tais práticas não estão autorizadas em lei, pelo contrário, são vedadas, caracterizam privilégio ou favoritismo a determinadas entidades e viabilizam àquele que se diz doador benefícios outros que não apenas a dedução do imposto de renda.

CONSIDERANDO que há posicionamento do MPPR no mesmo sentido<sup>27</sup>;

CONSIDERANDO que, em situação similar o TJSP declarou nula a Resolução n. 52, de 19 de outubro de 2001, do CMDCA de São José dos Campos/MS que facultava aos doadores dar destinação certa aos valores depositados na conta do Fundo:

“Menor. Mandado de segurança contra resolução de Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que facultou ao doador particular direcionar o montante doado à entidades de atendimento. Decisão concessiva. Recurso voluntário pela municipalidade. Possibilidade. Qualidade de assistente (CPC, art. 52). Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FUNDICAD - que é gerido pelo Conselho. Faculdade conferida ao particular doador que afronta o Estatuto da Criança e do Adolescente (art 88, 259, 260) e implica em abdicação de atribuição conferida pelo legislador. Ato ilegal. Preliminar rejeitada. Recursos improvidos.” (TJSP; *Feito não especificado 0112112-44.2002.8.26.0000; Relator (a): Fábio Quadros; Órgão Julgador: Órgão Julgador Não identificado; Foro de São José dos Campos - VARA JURI EX CR MENOR; Data do Julgamento: N/A; Data de Registro: 15/04/2003*)

CONSIDERANDO que o TJRJ já declarou inconstitucional Lei Estadual (LE n. 5.459/09) que criava o certificado de captação para repasse de recursos financeiros do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente:

“Constitucional. Direta de Inconstitucionalidade. Lei Estadual nº 5.459, de 3 de junho de 2009, que 'cria o certificado de captação para repasse de recursos financeiros do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente, controlado pelo Conselho Estadual de Direito da Criança e do Adolescente, às entidades governamentais e não governamentais, beneficiado [sic] com doações financeiras feitas por pessoas físicas e jurídicas dedutíveis no imposto de renda'. Inconstitucionalidade formal, por não prover a lei de iniciativa do Governador do Estado, não obstante trace atribuições para o referido Conselho, órgão do Poder Executivo. Contrariedade ao artigo 112 § 1º, II, d, da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade material, por afrontar os princípios da moralidade e impessoalidade, ao permitir que doações sirvam a interesses políticos e eleitoreiros, ao serem dirigidas pelo próprio doador a entidade de sua própria escolha, com abstração à função legal do Conselho. Preliminares que se rejeitam. Procedência do pedido, com declaração de inconstitucionalidade do diploma legal referido.” (TJRJ. *Órgão Especial, Ação Direta de Inconstitucionalidade 2009.007.00062, j. 22.11.2010*)

CONSIDERANDO que, a atividade pública deve ser desenvolvida com técnica e zelo singular, com dever de eficiência e desempenho adequados, posto que a remuneração do serviço público é paga com verbas de origem pública e indisponível;

CONSIDERANDO que é dever legal do membro do Ministério Público fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais referidas no art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de defender a ordem jurídica e de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a hipótese de procedimento de apuração de irregularidades governamentais e não-governamentais mediante representação do Ministério Público, que pode ensejar no afastamento do dirigente da entidade, determinação judicial para remoção das irregularidades verificar, além da aplicação de multa e de advertência, sem prejuízo das sanções criminais, cíveis e administrativas (art. 191 e seguintes do ECA);

RESOLVE, em nome da proteção das crianças, dos adolescentes, bem como do patrimônio público e social, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais, RECOMENDAR:

1. Ao MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS, por sua Prefeita Municipal, que:

a) reconheça a legitimidade e a atribuição para a gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA é exclusiva do Conselho Municipal da Crianças e do Adolescente – CMDCA;

<sup>27</sup> Vide <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1664>> (acesso em maio de 2019).

b) reconheça que é de atribuição do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA realizar o monitoramento e a avaliação das parcerias que serão financiadas com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA;

c) reconheça que o chamamento público para celebração de parcerias executadas com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA não só pode como deve ser realizado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA, porquanto que as decisões cabem ao Poder Executivo com participação direta do devido conselho gestor, o qual, por sua vez, é formado, em sua metade, por representantes governamentais;

d) se abstenha de realizar quaisquer atos administrativos que envolva o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA sem a participação direta e obrigatória do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA;

2. Ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA de Dourados/MS, por sua presidente, que:

a) nos exatos termos da Constituição Federal, da Lei n. 4.320/64, da Lei n. 8.666/93, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Complementar Municipal n. 226/13, da Lei n. 13.019/14 e do Decreto n. 8.726/2016, promova a gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, realizando o monitoramento e a avaliação das parcerias que serão financiadas com o FMDCA, e definindo a política de captação, administração e aplicação dos recursos financeiros e constituam e vierem a constituir o referido fundo;

b) aprimore o processo de planejamento e controle da aplicação e gestão do FMDCA, fortaleçam o papel do conselho como instância deliberativa e adotem uma postura proativa para com as políticas de sua área de atuação, abandonando a postura reativa que predomina na atualidade;

c) elabore, para cada ano calendário seguinte, Planos de Ação e de Aplicação de recursos, a fim de promover a gestão e o desenvolvimento do FMDCA, promovendo a inclusão das despesas orçamentárias à Lei Orçamentária Anual – LOA;

d) desenvolva todas as etapas de gestão e parcerias estabelecidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC (Lei n. 13.019/14) quais sejam: *i*) o planejamento do chamamento público; *ii*) a seleção de organizações da sociedade civil (OSC) por meio de chamamento público; *iii*) a celebração de parcerias; *iv*) o monitoramento e avaliações das parcerias; e *v*) a prestação de contas; e

e) se abstenha, sob pena de incidir, em tese, em ato de improbidade administrativa, de emitir “*certificados de captação*” e congêneres, assim como a realização de “*doações casadas*”.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da presente, se aqueles a quem é destinada acolherão, ou não, a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não perfazendo as providências elencadas, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

Por fim, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Poder Legislativo Municipal, ao Juiz de Direito da Vara da Infância e Adolescência de Dourados, para ciência e eventuais providências cabíveis, e também para publicação no DOMP/MS.

Dourados/MS, 21 de maio de 2019

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL  
17ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS

RICARDO ROTUNNO  
16ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS

## COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

## RIO BRILHANTE

## EDITAL Nº 005/2019

## EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 005/2019, referente aos documentos da Promotoria de Justiça Rio Brilhante/MS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS até o 5º (quinto) dia subsequente à publicação deste.

Rio Brilhante/MS, 24 de maio de 2019.

## LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 005/2019

PROVENIÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante		PROCEDÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante	
Órgão / Setor: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE/MS		Órgão / Setor: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE/MS	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe/Subclasse – Classe/Subclasse 000.002- Correspondências expedidas – ofícios expedidos – 2016	Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2016	2016
Classe/Subclasse – Classe/Subclasse 000.001- Controle de processos recebidos e devolvidos de 2014 a 2016	Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2014	2016
Classe/Subclasse – Classe/Subclasse 000.003- Correspondências recebidas – ofícios recebidos – 2013	Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2013	2013
Classe/Subclasse – Classe/Subclasse 200.007- Notificações expedidas – 2014 a 2016	Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2014	2016
Classe/Subclasse – Classe/Subclasse 200.050- Notícias de Fato 034/2016 – Difusos e coletivos 021/2016 – Difusos e coletivos 022/2016 – Difusos e coletivos 016/2016 – Difusos e coletivos 024/2016 – Difusos e coletivos	Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2016	2016
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b> Rio Brilhante: 24 de maio de 2019 Valter Ribeiro dos S. Jr Wille Técnico II			

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**ANAUROLÂNDIA**

---

**EDITAL Nº 0013/2019/PJ/AID**

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS – telefone (67) 3445-1393. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001800-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Município Anaurilândia.

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a implementação de verbas para escolas beneficiárias do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Instituído pela Resolução n.º 06/CD/FNDE) nas escolas desta Comarca de Anaurilândia/MS.

Anaurilândia/MS, 24 de maio de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça.

---

**SETE QUEDAS**

---

**EDITAL Nº 0004/2019/PJ/STQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

PP - Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000812-2.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sebastião Jesus Lopes

Assunto: apurar ocorrência de atividades de carvoejamento sem possuir licença para tal, no denominado Sítio Nova Esperança, de propriedade do senhor Sebastião Jesus Lopes.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 24 de maio de 2019.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0005/2019/PJ/STQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

PP - Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000813-3.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Charles Rodrigo Pedro de Souza

Assunto: apurar ocorrência de dano ambiental na Fazenda Taquara, cito arrendamento do Sr. Charles Rodrigo Pedro de Souza.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 24 de maio de 2019.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça